

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)

deniserothenburg.df@dabr.com.br

Ou um ou outro

Vai dar água a ideia da oposição de fazer uma CPMI para investigar o contrato do escritório da mulher de Alexandre de Moraes e os motivos de Dias Toffoli para controlar o processo contra Daniel Vrcaro. É que, no Congresso, muita gente é contra combater dois ministros ao mesmo tempo.

Vai ficar ali

A projeção dos médicos é de que Jair Bolsonaro passe a virada do ano no hospital. Amigos são unânimes em afirmar que o estado de saúde dele não permite que volte à prisão da Polícia Federal (PF) por esses dias.

O bordão dos deputados de 2025...

... vai virar para 2026: “Indicar emenda não é crime”. Ao que muitos acrescentam: “Ficar com o dinheiro dessas indicações é”.

Enquanto isso, em São Paulo...

O governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) recolheu mesmo os flaps de um voo nacional. Está a cada dia mais dedicado à campanha reeleitoral na província.

Lula tentará voar acima das turbulências

Candidato à reeleição e com um portfólio de programas para mostrar, o presidente Lula monta um plano de voo acima das turbulências das emendas, do caso do Banco Master e até do seu indicado para o Supremo Tribunal Federal, Jorge Messias — que chegará a 2026 sem ter todos os votos para ser aprovado no Senado. Entre os aliados de Lula, o que se diz é que “se perder, a culpa não será do presidente”. Será, aliás, um sinal de que o presidente da República respeitou a independência do Legislativo. A ordem de Lula, para essa largada de 2026, é transformar cada limão em uma limonada.

Otimismo à flor da pele/ Em suas conversas, Lula tem dito que é preciso uma injeção de otimismo na população, especialmente no quesito programas governamentais. Cada ministro já foi orientado a aproveitar o recesso de fim de ano para falar bem da administração do petista onde estiver. A ideia é espalhar o discurso de que enquanto os Bolsonaros estavam e estão às voltas com tornozeleiras eletrônicas e brigam pelo espólio eleitoral do ex-presidente, Lula amplia programas sociais e atende à população. No caso de repetir a polarização de 2022, é por aí que o discurso petista seguirá.



Reprodução/Redes sociais



CURTIDAS

A avaliação do Xará/ O ex-deputado Eduardo Cunha fez a seguinte avaliação do futuro de Eduardo Bolsonaro (**foto**): “Eduardo, que já jogou fora seu mandato de deputado federal, jogará fora também sua elegibilidade”, diz, referindo-se ao filho 03 do ex-presidente como carta fora do baralho de 2026.

E no DF, hein?/ A deputada Bia Kicis (PL-DF) está preparando uma campanha ao Senado. Mesmo com a candidatura de Flávio Bolsonaro ao Planalto, o que se diz no PL é que o partido apresentará Michelle Bolsonaro e Bia como candidatas à Casa. E

o governador do DF, Ibaneis Rocha, que lute no MDB.

Bem na hora/ Ao deixar a critério da PF a acareação entre o ex-banqueiro Daniel Vrcaro, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e o diretor do Banco Central Ailton Aquino, Dias Toffoli, do STF, tenta arrefecer os ânimos contra o fato de ter puxado o caso para si.

Mas não colou/ Toffoli pode até ganhar aliados entre os investigadores, mas, na política, ninguém engole esse controle total que o ministro quer ter sobre o caso Master.

PODER

Dura reação ao populismo

Em mensagem de fim de ano, presidente da CNI, Ricardo Alban, cobra compromisso dos Três Poderes com as finanças do país

» SAMANTA SALLUM

Em tom de grande preocupação, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Ricardo Alban, gravou ontem uma mensagem de fim de ano com posicionamentos fortes sobre o cenário político e econômico do Brasil. “Basta de tanto populismo, basta de medidas econômicas que só visam cumprir receita e basta da falta de compromisso com a racionalidade dos gastos de todos os Poderes”, frisou.

Alban é considerado um empresário de posicionamento político moderado e com bom diálogo com a esquerda. Vinha sempre criticando o Banco Central (BC) pelos altos juros aplicados no país. Mas, agora, direciona críticas fortes à gestão do governo federal. E aos gastos dos Três Poderes. Soltou o grito atravessado da base empresarial da indústria. E também expressou que o extremismo político não pode contaminar mais a economia. “Não dá mais para que a ideologia política se sobressaia ao interesse maior, ao interesse do país. Essa é a convocação. Precisamos nos unir”, exortou. As declarações foram divulgadas no início da tarde.

Alban condenou a escalada de medidas que classifica como

populistas do Executivo, com eco no Legislativo. “Quem vai pagar a conta de tantos absurdos? Nós não podemos continuar tendo uma carga tributária tão grande. A sociedade vai pagar essa conta no final. O que vai ser a Previdência no futuro? E o SUS, um programa de sucesso, que já está em risco num futuro próximo. Como é que nós estamos onerando mais ainda este Brasil?”, alertou, em vídeo nas redes sociais.

Escala 6 x 1

Sobre a escala 6 X 1 de trabalho, disse que é “particularmente” a favor, mas que, na prática, o Brasil não tem condições para implantar. E disse que a escala no país já é de cinco por um dia e meio. “O Brasil pode nesse momento fazer isso? Claro que não. Nós estamos falando de taxa de pleno emprego, de uma produtividade no Brasil ridícula, de um Custo Brasil que é absurdo — dentre eles: juros, energia...”, enumerou.

O presidente da CNI apontou como situação grave a ser enfrentada o déficit público no Brasil, o maior déficit nominal que o país já registrou. Em diversos momentos, se mostrou muito angustiado e indignado.

Iano Andrade/CNI



“Quem gera riqueza é o setor produtivo, para que o setor público possa fazer ações sociais, possa fazer políticas públicas. Como é que nós vamos pagar esse custo adicional? Não dá mais

para o populismo”, observou.

O líder empresarial baiano defendeu, ainda, um código de ética na gestão pública: “Nós precisamos criar uma consciência realmente cidadã nos setores públicos,

no setor judiciário. Por que não discutir, efetivamente, de uma forma aberta, clara e transparente, um código de ética se a sociedade está cobrando isso? Qualquer que seja a nossa definição política, não vai ser



Quem vai pagar a conta de tantos absurdos? Nós não podemos continuar tendo uma carga tributária tão grande. A sociedade vai pagar essa conta no final. O que vai ser a Previdência no futuro? Como é que nós estamos onerando mais ainda este Brasil?”

Ricardo Alban, presidente da Confederação Nacional da Indústria

possível mais jogar poeira para debaixo do tapete. Nós temos que enfrentar seriamente o problema fiscal, seriamente a estrutura política desse país, cada vez mais complexa, cada vez mais pesada”, cobrou.

JUDICIÁRIO

Ação pede suspensão da nova lei ambiental

O PSol e a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) entraram com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, para pedir a suspensão imediata da legislação sobre o licenciamento ambiental no país. Em novembro, o Congresso derubou os vetos feitos pelo presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, dias após o fim da Conferência do Clima das Nações Unidas (COP30), em Belém.

A mudança na legislação é considerada por especialistas como o maior retrocesso dos últimos anos no arcabouço legal de proteção do meio ambiente. Os defensores da

proposta — entre eles entidades ligadas à infraestrutura e ao agronegócio — apontam excesso de burocracias, morosidade e sobreposição de regras dos governos no modelo atual.

A petição é focada na Lei Geral do Licenciamento (15.190/25) e na lei que complementa a regulamentação

(15.300/25). Essa segunda lei fala sobre a Licença Ambiental Especial (LAE), um dos dispositivos mais polêmicos do texto do licenciamento ambiental por determinar que projetos de interesse estratégico do Conselho de Governo terão procedimento célere. É criticado por

ambientalistas por deixar a análise de empreendimentos suscetível a critérios políticos e não a considerações técnicas dos órgãos ambientais.

Na ação protocolada ontem, as partes pedem que seja editada uma medida cautelar para suspender as normas questionadas enquanto o processo tramita no Supremo. A medida pede, ainda, que seja declarada a inconstitucionalidade de 29 artigos da Lei Geral, em parte ou na íntegra, e de outros seis artigos da segunda lei.

A ação pede, também, que oito artigos da lei geral sejam analisados a partir da Constituição. Esses pontos específicos dizem respeito, por exemplo, ao manejo de resíduos perigosos, e à necessidade que sejam ouvidas autoridades responsáveis pela proteção dos povos indígenas e quilombolas. Pede, ainda, que sejam incluídas variáveis relacionadas às mudanças climáticas, que não constam no texto aprovado no Congresso.